

A ATENÇÃO PEDAGÓGICA E FAMILIAR AO ALUNO AUTISTA NA REGULAR DE ENSINO

Eunice Batista dos Santos
Irongina de Fátima Silva

RESUMO: A proposta desse trabalho teve como objetivo geral, promover uma reflexão sobre a necessidade da integração familiar e escola, na educação dos alunos autistas que frequentam a rede regular de ensino, no intuito de viabilizar a ele uma maior socialização e aprendizagem. A escolha pelo tema surgiu a partir de inquietações acerca do atendimento que vem sendo prestado a esses alunos na rede regular de ensino. Muitos autistas ainda continuam no anonimato sendo considerado como um aluno “normal”. A pesquisa teve como princípio metodológico um estudo de cunho bibliográfico, pautado na legislação e em estudiosos do assunto. A legislação brasileira reconheceu que a pessoa com autismo, uma pessoa que tem deficiência e, portanto, necessita de cuidados especiais. Evidenciando ainda que a sala de aula e todo ambiente escolar devem oferecer subsídios que favoreçam o aprendizado do aluno autista. Este ambiente deve respeitar as limitações, dificuldades, e ainda oferecer possibilidades de superação das mesmas, no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. Esse processo deve acontecer de forma processual e contínua no contexto do fazer pedagógico, com a participação direta da família. Os estudos sinalizam que a participação familiar na aprendizagem do autista é fundamental para que ela se socialize e aprenda. O autista é uma pessoa especial, portanto tem direito a atendimento diferenciado, com currículo apropriado e um profissional capacitado que o auxilie nas suas atividades tanto na sala de aula regular, quanto nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sabe-se que cada autista desenvolve nível de autismo em graus diferenciados o que requer métodos específicos em cada situação diagnosticada. O trabalho da escola, dos professores e a parceria dos pais bem como a metodologia adotada com cada aluno, contribui de forma efetiva para o seu desenvolvimento escolar e sua integração social.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Escola. Família.

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa é fruto de inquietações com as práticas educacionais desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem, do aluno com Transtorno Espectro Autista (TEA), observado durante os estágios na rede regular.

A escola a cada novo ano letivo, depara com crianças autistas, muitas vezes sem saber quem são e como inclui-las nas propostas pedagógicas de forma que as mesmas possam ser inseridas no ambiente educacional, proporcionando-lhes condições de aprendizagem.

A legislação garante as pessoas com necessidades especiais tratamentos diferenciados respeitando as suas especificidades. Nesse sentido, a escola deve estar preparada para receber e inclui-las no seu contexto. A família neste momento tem papel



fundamental no processo de socialização e desenvolvimento da aprendizagem desta criança.

Quanto maior for a integração entre a família e escola maiores são, as possibilidades dessa criança se socializar e desenvolver, bem como aprender a conviver de forma equilibrada com o transtorno. A participação dos pais na educação dos filhos, independentemente de sua condição física ou mental é fundamental no processo do seu desenvolvimento e de inclusão escolar, visto que são eles os que melhor os conhecem.

Conhecer o autista significa reconhecer o tipo de dificuldade que ele tem, e a partir desse reconhecimento preparar a equipe, os professores, bem como adequar as acomodações físicas e curriculares. Definir as estratégias apropriadas para trabalhar pedagogicamente no sentido de que elas no seu tempo e nas suas limitações e especificidades consigam se desenvolver. Tarefa atribuída diretamente a família e escola. As duas instituições responsáveis legalmente pela educação no país.

A inclusão de pessoas deficientes na rede regular de ensino é uma política pública de direito subjetivo incluído na Constituição Federal de 1988. Considerada algo novo e recente. O que demanda tempo, estudo e consciência de todos, e não só da escola. O mundo capitalista é excludente por natureza e conseqüentemente, os deficientes ainda sofreram e sofrem discriminação por parte da sociedade desde a antiguidade, quando que eram exterminados. Se quer tinham o direito à vida.

Como tratar desse tema somente na escola, se esse é um problema social histórico? E os professores tem condições e estão preparados para lidar com essa realidade tão adversa? O que a escola e os pais e a sociedade devem fazer para incluir os deficientes, excluídos da sociedade a tanto tempo? A família que não se preparou para receber um deficiente, como deve agir nessa situação? Deve atribuir essa responsabilidade, a outros, como a escola, ou deve buscar entender sobre o problema e unir esforços conjuntos em defesa da inclusão.

O histórico dos deficientes no mundo é extremamente complexo. As pessoas com necessidades especiais desde a antiguidade, sofreram fortes processos de exclusão social, chegando a negar-lhes o direito à vida. No início das civilizações e por longos séculos eram condenados à morte, ou ao isolamento.

O autismo é uma palavra de origem grega (autós), que significa por si mesmo. É um termo usado para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si



mesmos, voltados para o próprio indivíduo. Também definido como TEA, apresentando alterações que são mais facilmente percebidas a partir dos três anos de idade, e que se caracteriza através da comunicação, na interação social e no uso da imaginação. ORRÚ (2012, p. 177).

As causas do autismo são desconhecidas. Acredita-se que as anormalidades acontecem em alguma parte do cérebro ainda não definida e, provavelmente, de origem genética. Ou também que possa ser causado por problemas relacionados na gestação ou no momento do parto. ORRÚ (2012, p. 177).

Essa pesquisa, foi um estudo de cunho bibliográfico pautado em estudos já realizados por pesquisadores da área, e na legislação: Brasil (2016), LDB Carneiro (2014), Guerreiro Rocha (2006), Jannuzzi (2014), Machado e Pontes (2015), Oliveira (2016), Orrú (2012), Tedesco (2016), Ulliane (2016), entre outros.

Cuja intenção foi refletir sobre o problema e disponibiliza-la a outros profissionais que lidam com autistas no dia a dia da sala aula.

Aspectos conceituais e históricos do Autismo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um Transtorno Global de Desenvolvimento de caráter crônico e irreversível, que tem seu início na primeira infância. Caracteriza-se por dificuldades na comunicação nas interações sociais, interesses obsessivos e comportamentos repetitivos.

A partir do último Manual de Saúde Mental – DSM-5, que é um guia de classificação diagnóstica, o Autismo e todos os distúrbios, incluindo o transtorno autista, transtorno integrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não-especificado (PDD-NOS) e Síndrome de Asperger, fundiram-se em um único diagnóstico chamado Transtornos do Espectro Autista – TEA”. OLIVEIRA, (2016).

O TEA é uma patologia do neuro desenvolvimento de origem ainda desconhecida. Sabe-se que a genética desempenha um papel crucial, estudos indicam que há em torno de 50% de chance de desenvolver autismo pela herança genética. Ao contrário do que se pensava, o autismo não tem relação com interações familiares patológicas ou com mães negligentes, devendo as famílias dessas crianças serem acolhidas em todos os ambientes que frequentam. (TEDESCO, 2016).



Com base no estudo de Tedesco, (2016), observa-se que o autismo não tem nenhuma relação com as doenças genéticas, são problemas que podem ocorrer em qualquer família independente da classe social ou etnia que pertence. Portanto, deve ser assumido por todos.

Orrú (2012) afirma que a primeira publicação sobre autismo surgiu na década de 40 pelo psiquiatra austríaco Léo Kanner, que pesquisava comportamentos considerados estranhos e peculiares, em algumas crianças caracterizadas por estereótipos e sintomas pertinentes à dificuldade no estabelecimento de relações interpessoais.

De acordo com a autora os resultados da pesquisa realizada em 2007, pelo Instituto de Psiquiatria, estimou-se que a população de autistas no Brasil chegou a aproximadamente 2 milhões de casos, registrados.

Conforme Guerreiro e Rocha (2015), o TEA é marcado por algumas características específicas, como: tem comportamento muito limitado, ou seja, fazem poucas coisas. Isso sem dúvida é um dos motivos que contribui para o desencadeamento do grau de dificuldades do autista na aquisição de conhecimentos. São fisicamente sadios e de boa aparência, desconhecem sua própria identidade, não comunicam, verbalmente nem visualmente, são retraídos, apáticos e desinteressados. Resistentes à mudanças, incapazes de julgar, ansiosos, tem comportamentos repetitivos, e são hiperativos.

Segundo Ulliane (2016), o autista tem movimentos estereotipados, como girar as mãos, balançar o corpo, estalar os dedos e bater a cabeça. Esse comportamento pode ser para dar-lhes sensação de bem-estar ou simplesmente pela tendência às repetições. O autor classifica os níveis e graus do autismo como, Grau leve (Nível 1); Grau moderado (Nível 2) e Grau severo (Nível 3). Cada um deles se apresenta nas pessoas conforme os sintomas descritos a seguir:

Nível 1 - o indivíduo apresenta dificuldade em iniciar interações com outras pessoas, sejam adultos ou crianças, necessitando de apoio contínuo para melhorar as dificuldades na comunicação social. Apresenta comportamentos repetitivos e restritos, gerando dificuldade em um ou mais ambientes. A criança fica focada por muito tempo numa única atividade e apresenta resistência quando necessita mudar para outra.

Nível 2 - a criança tem déficit na comunicação tanto verbais como não-verbais, prejuízo social devido à pouca tentativa de iniciar uma interação social com outros. Quando o outro inicia o diálogo, as respostas, geralmente, mostram-se reduzidas. Exibe



condutas repetitivas e restritas, tem dificuldades de lidar com mudanças na rotina. A criança perturba-se com facilidade e tem bloqueio ao precisar mudar o foco da atividade que realiza.

Nível 3 – o prejuízo na comunicação, verbal e não-verbal é severo. Tem limitações em iniciar uma interação com novas pessoas. É intransigente no comportamento, tem muita dificuldade quando precisa mudar a rotina, e muito estresse para mudar de foco ou atividade. Apresenta comportamentos estereotipados como movimentos repetitivos.

Esses comportamentos causam incomodo em muitas pessoas, as vezes por não conhecerem a causa ou por preconceito. Dificultando muitas vezes, ainda mais a possibilidade da participação do autista no meio social. Independente se o grau é leve, moderado ou severo, a criança com TEA, precisa de atendimento específico, tanto na área da saúde, psicológica, social e escolar, com a participação da família.

Inclusão do deficiente e do autista na legislação educacional brasileira

O atendimento especializado ao autista deve ser, realizado de preferência em escolas regulares, porém nem todos adequam-se a essa realidade. Cada caso requer cuidados e deve ser analisado dentro das limitações de cada um.

Sabe-se que as políticas públicas de inclusão no Brasil, concedendo a essas pessoas os mesmos direitos atribuídos a um cidadão “comum” considerando ao tempo de exclusão que vem acontecendo desde a antiguidade, é muito recente. A diminuição desse problema requer tempo e assunção de todos na luta em defesa da inclusão. Sejam elas oriundas de gênero, classe social, deficiência, etnia, credo e outros.

Nesse sentido é necessário diversos olhares tanto da sociedade quanto dos pais quanto da equipe pedagógica que compõe a escola, e se possível um profissional da saúde.

A educação de crianças com necessidades especiais foi institucionalizada e divulgadas no Brasil no final do século XVIII e início do século XIX”. (JANNUZZI, 2014, p. 6).

Ao comentar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96), Carneiro (2015), afirma que o Art. 29, descreve:



[...] A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar. (LDB, 9394/96. CARNEIRO, 2014, p. 125)

O parágrafo 1º e 2º deste artigo afirmam:

Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superatenção nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros e AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

§ 2º os sistemas e as escolas devem criar condições para que o professor da classe comum possa explorar as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE deve identificar habilidades dos estudantes, organizar e orientar sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes. (LDB, 9394/96 CARNEIRO, Moacir Alves, 2014, p. 125).

Para receber alunos com necessidades especiais, as instituições precisam estar com a sua estrutura física apropriada, e seus profissionais, em especial os professores de AEE e professores de apoio, devidamente qualificados, facilitando o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Algo que em grande parte das escolas ainda não é real, faz-se necessário compreender que o problema da inclusão social e educacional em nosso país é cultural e advém das desigualdades impostas pelo sistema econômico, capitalista que privilegia uma minoria em detrimento de uma maioria que vive marginalizada.

A inclusão dos deficientes em nosso país, não pode ser considerada uma questão isolada, das demais formas de exclusão existente no contexto da sociedade brasileira desde a sua colonização. Ela não pode ser uma questão cobrada e de responsabilidade única da escola, trata-se de um problema social gerado pelo sistema econômico assumido e enfrentado por toda a sociedade.

Em grande parte, o sucesso do autista matriculado e frequentando o ensino regular está vinculado ao trabalho da equipe escolar, incluindo alunos e pais. É



fundamental no caso a aceitação, preparo e disposição dos educadores, pois essa disposição contribui para que ele encare o problema de frente, acreditando no sucesso do aluno. Neste sentido ele vai aproveitando ao máximo o tempo e o espaço escolar, disponível, adotando estratégias diferenciadas que contribuam para o bom desempenho do autista.

Como se trata de uma política educacional brasileira recente. As experiências bem-sucedidas com essas crianças devem ser compartilhadas entre os professores, pois a ideia é que sejam socializadas em grupo, para que novas práticas surjam no intuito de melhorar a inclusão desses autistas e dos demais na rede regular de ensino.

No que diz respeito ao que prescreve a legislação brasileira, cabe ao estado o dever de subsidiar as escolas para que se organizem e se preparem para atender as pessoas com necessidades especiais, não se esquecendo de que o autista é um aluno com necessidades especiais, com direito a uma educação diferenciada e de qualidade contribuindo de forma efetiva para o seu desenvolvimento social e intelectual.

A legislação que regulamenta o autista como especial, tendo portanto direito a tratamento diferenciado na escola regular foi sancionada em: 11 de novembro de 1990, lei que possibilitou que a presidente da república, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. No § 2º A pessoa com autismo é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

O artigo 5º da referida lei diz ainda que a escola não pode recusar a entrada destes alunos na rede regular, neste sentido havendo recusa por parte da escola,

[...] Ao tomar conhecimento da recusa de matrícula, o órgão competente ouvirá o gestor escolar e decidirá pela aplicação da multa de que trata o caput do art. 7º da Lei nº 12.764, de 2012. § 1º Caberá ao Ministério da Educação a aplicação da multa de que trata o caput, no âmbito dos estabelecimentos de ensino a ele vinculados e das instituições de educação superior privadas, observado o procedimento previsto na Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999. (BRASIL, 2012).

A partir da regulamentação e da aprovação das políticas públicas para os deficientes e autistas na rede regular de ensino, cabe as



instituições aceita-los e inclui-los no processo educacional garantindo-lhes os seus direitos. Caso não se sintam preparados para atendê-los da maneira mais apropriada, a escola deve buscar alternativas, fazer formação continuada interna com sua equipe e com os pais.

Não se pode diante do problema, cruzar os braços e reclamar. É preciso agir e encontrar caminhos. O autista já foi muito penalizado e discriminado educacional e socialmente. É preciso unir esforços no sentido de oferecer a eles aquilo que lhes foi negado por longos anos, que é o acesso à educação como cidadão.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio em um sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são retratadas por meio do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa por meio de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações história individual e história social. (VIGOTSKY, 1994, p. 40).

De acordo com Vygotsky, o indivíduo se desenvolve através da interação com o meio e com o outro. Portanto este meio e o outro devem estar apropriados e preparados para receber e lidar com esses alunos diferentes, com possibilidades de aprendizagem e socialização diferenciadas que devem ser respeitadas e desenvolvidas de acordo com a capacidade e especificidade de cada um.

O professor sendo o profissional que estará diretamente ligado a esses indivíduos tem uma maior parcela de responsabilidade no desempenho do aluno. O sucesso do trabalho do professor com esses alunos especiais, requer deles alguns requisitos básicos, como: conhecer bem o transtorno, conhecer quais são as melhores estratégias, ter segurança no seu trabalho e manter um bom relacionamento com a família e a equipe escolar.

Compromisso da escola, família, sociedade com a inclusão do autista.

O nível de desenvolvimento da aprendizagem de grande parte dos alunos com TEA é lento e progressivo. Portanto, caberá ao professor adaptar a sua comunicação com cada um deles dependendo do nível e grau de autismo diagnosticado.



Alguns requisitos são básicos no trabalho do professor com o aluno autista, dentre eles encontram-se: o conhecimento completo sobre o transtorno, a identificação do grau e nível, os sintomas, e as estratégias apropriadas para lidar com eles, dar-lhes atenção especial, entender o comportamento, ter uma boa relação com a família, com os profissionais que cuidam dele e trabalharem em conjunto.

É indispensável que o educador e monitor que trabalha com autista, conheçam o transtorno e as características inerentes do seu aluno. Tais conhecimentos devem servir para realização do planejamento e de suas práticas pedagógicas, no dia a dia da sala de aula e nos atendimentos nas salas de AEE com eles.

Muitas escolas particulares trabalham com métodos específicos. Os estudos demonstraram que a escola pública ainda está aquém das escolas particulares, que ao deparar com essa realidade adequam suas instalações, preparam os professores, contratam profissionais da área para atender melhor os alunos especiais independentes da sua deficiência. Sendo ela detentora de crianças com melhor poder aquisitivo, conseguem uma maior integração dos pais na educação dessa criança.

É notório que grande parte dos professores, ainda não se habituaram a envolver os alunos com TEA no seu planejamento. Quando o professor de apoio não se encontra na sala de aula, o autista fica isolado e ocioso. O planejamento da aula deste aluno, ainda está mais a cargo do professor de apoio que às vezes não se faz presente na sala o tempo todo.

A inclusão do autista na rede pública de ensino ainda é muito tímida e pouco visível, no que tange as ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, que leve em consideração a presença desse aluno. Se o professor de apoio não fizer a parte dele no trabalho adequado a esse aluno, buscando metodologias que proporcione aprendizado e desenvolvimento, ele entra e sai sem nenhuma diferença.

Mas por que isso acontece? É porque o professor não se interessa pelo aluno autista? Não. Essas são respostas difíceis de formular. Cada escola tem uma realidade, cada professor tem um tipo de formação e concepção de educação, cada sistema tem suas metodologias, de tratar sobre a inclusão. O que importa é que hoje é um direito assegurado na Constituição e nas políticas públicas educacionais brasileiras, neste sentido deve ser assumida por todos.



Outro problema a ser repensado são os currículos dos cursos de formação de professores e formação profissional que devem assumir a inclusão nos seus currículos, como tema transversal, uma vez que essa é uma temática que ultrapassa os muros da escola.

O profissional da educação independente da função que ocupa na escola, deve ter a consciência de que a educação sempre tem situações novas a serem enfrentadas. Neste sentido deve estar aberto às mudanças e se tornar um eterno estudante. Visto que a formação do educador é um processo contínuo que a cada momento se depara com novas situações, requer uma formação continuada.

Os sistemas de ensino, tem a obrigação legal de capacitar os docentes e os agentes educacionais, para oferecer às pessoas com necessidades especiais uma educação inclusiva e de qualidade para todos, mas a sociedade em geral também deve se sentir na obrigação de fazer a sua parte e contribuir para a sua superação.

Segundo Machado e Pontes (2015), a importância do apoio interdisciplinar, como: psicólogo, terapeuta, Equoterapia, profissional de educação física e pedagógica é fundamental no processo de desenvolvimento do aluno com TEA. Todos em conjunto podem proporcionar melhores condições de vida e aprendizado ao aluno.

O diagnóstico do autista é complexo, e deve ser realizado com uma equipe multidisciplinar e vem sendo submetido a novos ajustes. O tratamento exige uma rotina de atividades exaustivas e acompanhada pela família e professores”. (MACHADO e PONTES,2015).

Diante da dificuldade de aprendizagem do aluno com TEA, o educador tem a responsabilidade de intervir na vida do seu aluno através da ação reflexiva, através de estratégias pedagógicas para o bem comum do educando. Dispor-se em buscar métodos mais adequados e inovadores, que facilite a construção de uma melhor qualidade de vida para o autista.

A família e a escola, são as duas instituições com maior responsabilidade na formação da criança. Portanto, o autista como qualquer outra criança, só pode ser bem-sucedida na aprendizagem, desenvolvimento e formação, se houver uma integração com ambas.



O autista e relação família e escola

A família enquanto responsável direta pela educação dos filhos em conjunto com a escola, exercem papel fundamental no desenvolvimento de toda e qualquer criança. Seja ela considerada “normal” dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade, ou com necessidades especiais. Quanto aos autistas, o apoio familiar é determinante na resolução dos obstáculos impostos pela sociedade e escola, bem como no desenvolvimento dessa criança durante todo o processo educacional, seja ele escolar ou social. A ação da família é extremamente importante para o desenvolvimento da linguagem, na socialização e a adaptação escolar.

Contudo, pela falta de compreensão ou conhecimento das características e necessidades do filho autista, muitos pais acabam dificultando seu desenvolvimento. Muitos pais têm dificuldade em aceitar que seus filhos são autistas, escondendo da sociedade o transtorno. As vezes não permitem o tratamento. Essa realidade atrapalha o desenvolvimento da criança não permitindo que seja tratada como merece e tem direito.

A família é fator fundamental para a formação bem-sucedida de qualquer estudante, e a escola é o local onde ele tem oportunidade de crescimento educativo, para ampliar seus conhecimentos técnicos e práticos, desenvolver suas habilidades e capacidades conforme seu desempenho global.

Família e escola têm em comum o dever de prepararem as crianças e jovens para a inserção destes na sociedade, para que desempenhem funções que possibilitem a continuidade da vida social. Ambas as instituições são fundamentais na formação do indivíduo e do futuro cidadão.

Sendo assim, é notório que o sucesso da criança no ambiente escolar depende diretamente da atuação e da parceria estabelecida entre escola pais e professores, bem como das estratégias adotadas com ele, durante o processo escolar e familiar. Estas duas instituições devem estar juntas em defesa de uma educação de qualidade e inclusiva para todos. Educação essa que respeite as diferenças dos especiais, garantindo-lhes uma educação diferenciada, respeitando as suas limitações.



Como ensinar as crianças com autismo

Ensinar crianças consideradas normais dentro dos padrões da sociedade não é uma tarefa fácil. Ensinar crianças autistas, é ainda muito mais complexo. Por isso os professores sentem-se angustiados ao receberem a responsabilidade de educa-los. No entanto, mesmo diante dos desafios, é necessário que o professor busque alternativas e tenham um bom planejamento, além do Projeto Político Pedagógico que é o principal norteador da escola, e tem a participação do professor na sua elaboração.

Para ensinar a criança com TEA, é relevante que os responsáveis por essa missão sintam e demonstre afeto por ela. E que os pais, professores e quem mais lidam com o autista o respeitem, pois, essas atitudes afetam todo o ambiente de aprendizagem. O futuro bem-sucedido do aluno, dependerá de como os seus responsáveis se relacionam com ela. GOMEZ et al, (2014, P.537).

Em relação ao sistema de ensino, recomenda-se que se apresentem de maneira estruturada e sistematizada e, como cada pessoa com autismo é diferente, os programas devem ser individualizados e dirigir-se às necessidades específicas de cada um. Como qualquer pessoa, as crianças com autismo têm pontos fortes e fracos que lhes são exclusivos. COMES, et al, (2014, p. 537)

Para trabalhar com autista, é preciso conhecer o nível do autismo, as características, e em seguida fazer um levantamento prévio de seus conhecimentos, facilidades e dificuldades. Conhecer os interesses e preferencias da criança, para então saber como lidar com ela na sala de aula.

Os autistas se identificam e precisam de rotina e elas podem minimizar suas dificuldades. Organizar a sala-de-aula ou qualquer outro ambiente de ensino ao nível de compreensão do aluno pode otimizar seu aprendizado. A sala de aula deve planejada de forma que atenda às necessidades do aluno autista. Até a disposição dos móveis da sala pode ajudar ou atrapalhar o seu desenvolvimento, já que ele deve ter o mínimo de objetos na sala para não desviar tanto sua atenção.

A grande maioria dos autista tem dificuldades de organização pessoal não sabendo onde ir e como chegar pelo caminho mais fácil. Por não entendem direções ou regras. A organização do meio ambiente deve lhe dar pistas visuais, que os ajude a situar-



se. Alguns autistas são altamente distraídos por qualquer coisa do ambiente. Portanto, o ambiente deve ser organizado de forma que não haja tanta distração.

Estratégias como, utilizar os materiais que mais lhe agrada, trabalhar por períodos curtos, de cinco a dez minutos, em atividades de complexidade crescente, incorporando gradativamente mais materiais, pessoas ou objetivos, falar somente as palavras mais importantes, já que o autista não consegue processar muita linguagem ao mesmo tempo, pode facilitar na aprendizagem e socialização do autista.

Para ter um aluno autista em sala de aula pode parecer um grande desafio para o professor. Muitos educadores os veem como pessoas difíceis de relacionar, de compreender, enfim, de lidar. O que pode causar problemas na sala de aula. Entretanto, é preciso superar os desafios e adotar estratégias para chamar a atenção dessa criança.

Considerações finais

Os aspectos que compõe a prática pedagógica vinculada a educação, requer transformações em toda a esfera educacional, social e familiar que a criança esteja inserida.

Dessa forma, o trabalho de pesquisa desenvolvido, buscou despertar o interesse sobre o autismo reconhecendo-o apenas como um dos transtornos dentro da educação especial, que precisa ser incluído dentro do contexto escolar regular.

Nesse contexto, o aluno deve ser tratado como um indivíduo que tem possibilidades de desenvolver suas habilidades, aptidões, cognitivas e acima de tudo a interação social. Para que os autistas sejam ensinados de maneira eficaz, o professor deve organizar o método de trabalho, de maneira que os alunos entendam onde ficar, o que fazer e como fazê-lo, de forma mais independente possível.

Com base nos estudos realizados, pôde-se perceber ainda, a importância da participação da família na vida escolar do aluno com TEA, já que estas como qualquer outra criança, precisam do apoio familiar para um melhor desenvolvimento em todos os aspectos.

E assim, constatar que é tão importante como necessário que o indivíduo com TEA, frequente uma escola, com direito garantido pelas políticas públicas de inclusão da educação na legislação educacional brasileira. A legislação ainda garante a capacitação



dos profissionais para atuarem com os autistas, orientando-os na utilização de estratégias que propicie a sua aprendizagem.

Para tanto, os resultados obtidos mediante aos referenciais estudados, foi possível perceber que a escola, professor e a família são três categorias imprescindíveis no processo de desenvolvimento e da integração dos autistas no contexto educacional e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 08 ABR 2017

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. Ed. Revista e ampliada. Petrópolis, vozes, 2015.

GOMEZ, Ana Maria Salgado & TERÁN, Nora Espinhosa. **Transtornos de Aprendizagem e Autismo**. 2014.

GUERREIRO, Maria Fernanda Caetano e ROCHA, Maria Helena Madeira. "**Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente/Prolongado no Contexto da Escola Inclusiva**". Disponível em: <http://cenfocal.drealentejo.pt/trabalhosformandos/ac%E7%E3o7/Trabalho_Final_-_Autismo_Ant%F3nia_Madalena.pdf>. Publicado em novembro de 2006. Acesso em 21 de abril de 2017.

JANNUZZI, Gilberto de Martino. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI** 3 ed. Ver. Campinas, SP 2012.

MACHADO, Beatriz e PONTES, Vanessa, 2015. **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O AUTISTA EM SALA DE AULA**. Disponível em: <http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/pedagogia/pdf/anaispedagogicos/2015/2_c_or_al_b_beatriz_machado_e_vanessa_pontes.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2017.

FERNANDES, Luciana, 2015. **Autismo: desafios e possibilidades na Educação Infantil**. Disponível em: <<http://naescola.eduqa.me/desenvolvimento-infantil/autismo-desafios-e-possibilidades-na-educacao-infantil/>>

. Acesso em 08 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Débora. Desenvolvido por E-Saúde. Médico responsável: dr. Jair de Jesus Mari CRM 30.175 **O que é AUTISMO ou TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA?** Disponível em: <<http://deboraooliveirapsicologa.blogspot.com.br/2016/04/o-que-e-autismo-ou-transtornos-do.html>>. Publicado em abril de 2016. Acesso em 04 de maio de 2017.

ORRÚ, Silva Ester. **Estudantes com necessidades Especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva**. Org. rio de janeiro Wak editora, 2012.

TEDESCO, Raquel, 2016. **Inclusão dos autistas agora é lei**. Disponível em: <<http://folhanobre.com.br/2016/10/05/inclusao-dos-autistas-agora-e-lei/35102>>. Publicado em 5 de outubro de 2016. Acesso em 8 de abril de 2017.

ULLIANE, Carla. **Os 3 Graus do Autismo**. Disponível em: <<http://carlaulliane.com/2016/os-3-graus-do-autismo/>> Publicado em 25 de outubro de 2016. Acesso em 07 de abril de 2016.



VIGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994/1998.

Dos autores

Eunice Batista dos Santos - Aluna do 6º período de pedagogia 2014-2017, do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES. Eunince_go@hotmail.com.

Ironдина de Fátima Silva - Professora Ma. Orientadora -. E-mail: irondina@fimes.edu.br

